

JONGO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

TECENDO CAMINHOS PARA O (RE) CONHECIMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ENSINO BÁSICO

DRA. KALYLA MAROUN

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ

Professora Departamento de Didática da Universidade

Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Membro do Laboratório de Pesquisas em Educação do

Corpo – LABEC (UFRJ/CNPq/FAPERJ)

Resumo | O trabalho propõe uma reflexão sobre a tematização do jongo na educação física, tendo como foco o (re) conhecimento sobre comunidades quilombolas no ensino básico. Para tanto, discorro sobre jongo, comunidades quilombolas, assim como utilizo dados empíricos coletados entre 2009 e 2012 para ilustrar alguns argumentos. O jongo pode ser tematizado na educação física sob o viés tanto do ‘saber fazer’, como do ‘saber sobre o fazer’. Ao ser tematizado, contribui para o debate sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, e traz visibilidade ao (re) conhecimento sobre comunidades quilombolas. Conhecer o conceito contemporâneo de quilombo é relevante à medida que contribui para a desconstrução de estereótipos, visibilizando a diversidade de grupos que compõem esse universo no Brasil.

Palavras-chave | Educação física escolar; Jongo, Quilombos

JONGO AND PHYSICAL EDUCATION: TRAVELING FOR THE KNOWLEDGE OF QUILOMBOLAS COMMUNITIES IN BASIC EDUCATION

Abstract | This article proposes a reflection about the thematization of jongo in physical education, focusing on (re) knowledge about quilombola communities in basic education. Therefore, i discuss about jongo, quilombola communities, as well as use empirical data collected between

2009 and 2012 to illustrate some arguments. The jongo can be thematized in physical education under the bias of both ‘know-how’ and ‘know-how’. When it is thematized, it contributes to the debate on African and Afro-Brazilian history and culture, and brings visibility to (re) knowledge about quilombola communities. Knowing the contemporary concept of quilombo is relevant as it contributes to the deconstruction of stereotypes, making visible the diversity of groups that compose this universe in Brazil.

Keywords | Physical Education; Jongo, Quilombos

JONGO Y EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: TEJIENDO CAMINOS PARA EL (RE) CONOCIMIENTO DE LAS COMUNIDADES DE QUILOMBOLAS EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Resumen | El documento propone una reflexión sobre el tema del jongo en educación física, centrándose en el (re) conocimiento sobre las comunidades quilombolas en educación básica. Para hacerlo, discuto sobre jongo y comunidades quilombolas, así como el uso de datos empíricos recopilados entre 2009 y 2012 para ilustrar algunos argumentos. El jongo puede ser tematizado en educación física bajo el sesgo de ‘saber-hacer’ y ‘saber sobre hacer’. Cuando está tematizado, contribuye al debate sobre la historia y cultura africana y afro-brasileña, y brinda visibilidad al (re) conocimiento sobre las comunidades quilombolas. Conocer el concepto contemporáneo de quilombo es relevante ya que contribuye a la deconstrucción de los estereotipos, haciendo visible la diversidad de grupos que componen este universo en Brasil.

Palabras clave | Educación física escolar; Jongo; Quilombos

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre como o jongo enquanto prática corporal poderia ser tematizado na educação física escolar, tendo como foco principal o (re) conhecimento de/sobre comunidades quilombolas no ensino básico. Mais do que uma proposição de como o professor de educação física deve lidar com tal tema em suas práticas pedagógicas, proponho trazer alguns indícios que fomentem a reflexão acerca da produção de saberes que envolvem o jongo em uma perspectiva ampla, que extrapolam as dimensões do “saber fazer” e do “saber sobre o fazer”

(BRACHT, 2010, p. 3) específicos da área, contemplando a implementação da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica (BRASIL, 2003), bem como da história dos quilombos no Brasil (BRASIL, 2004). Pretendo, ainda, demonstrar a relevância do jongo para a compreensão do que são as comunidades quilombolas no Sudeste e demonstrar, brevemente, de que forma uma identidade quilombola pode ser construída e reafirmada por meio de um processo de educação corporal.

A pauta de estudos que versa sobre a educação para as relações étnico-raciais aparece de forma esparsa e incipiente no campo da literatura da educação física escolar o que, de certa forma, dificulta o debate sobre como a área pode tratar pedagogicamente tal tema. Porém, a educação física, compreendida no currículo escolar como a disciplina que trata das práticas corporais sistematizadas, apresenta, a meu ver, destaque no cenário de implementação de algumas das políticas educacionais voltadas às questões étnico-raciais¹, justamente porque as práticas de educação do corpo que a compõem podem vir a contribuir para a valorização e o reconhecimento das histórias e das culturas africanas, afro-brasileiras e quilombolas. Desse modo, o ensino de determinadas práticas corporais, assim como de gestos, condutas e saberes expressos pelo corpo, a exemplo do jongo, apontam para o (re) conhecimento de determinadas identidades étnicas e/ou raciais. Trazer o jongo para a escola significa falar de um recente² sujeito político de direitos, pouco (re) conhecido³ pela sociedade: as comunidades quilombolas ou comunidades remanescentes de quilombo.

1. Aqui me refiro à Lei Federal 10.639 de 2003, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, publicadas em 2004 e, finalmente, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, de novembro de 2012.
2. Apesar da visibilidade obtida em governos anteriores, o contexto político que estamos vivenciando atualmente no Brasil parece apresentar um cenário cada vez menos favorável ao diálogo e à legitimação da luta pelo reconhecimento e pelo território das comunidades quilombolas, o que pode vir a fragilizar a promoção e implementação de algumas das políticas educacionais voltadas à diversidade e/ou ao reconhecimento das diferenças.
3. Refiro-me aqui tanto à falta de conhecimento sobre quem são esses grupos, como a pouca visibilidade que suas lutas por reconhecimento e por políticas diferenciadas apresentam na esfera pública.

Para o desenvolvimento deste trabalho, além de bibliografia relativa aos temas aqui destacados - jongo e comunidades quilombolas - serão trazidos alguns dados empíricos oriundos de trabalhos de campo realizados em algumas comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2009 e 2012, a fim de ilustrar as relações estabelecidas entre o jongo e a construção e reafirmação de uma identidade quilombola nos dias atuais. A opção teórico-metodológica utilizada nos trabalhos de campo foi a etnografia, na perspectiva de uma descrição densa, compreendendo a cultura como uma teia de significados, tal como proposto por Geertz (1989).

'SABER FAZER' E 'SABER SOBRE O FAZER': NOTAS SOBRE O JONGO

Jongo, caxambu ou tambu é uma prática que integra canto, dança circular e percussão de tambores. Compõe um conjunto de práticas corporais afro-brasileiras que possui alguns elementos comuns: o uso de tambores⁴; um canto composto por frases curtas cantadas por um solista e repetidas pelo coro; a presença da umbigada, que é um passo de dança cujos dançarinos encostam o ventre (PACHECO, 2007). Chegou ao Brasil pelos africanos do grupo etnolinguístico banto, oriundos dos países cujos nomes hoje atendem por Angola e Moçambique (MATTOS; ABREU, 2010), consolidando-se nas senzalas do Sudeste na metade do século XIX. O pesquisador Slenes (2007), ao buscar proximidades entre o jongo e práticas culturais da África, destaca que, no século XIX, a dança de casais ao centro da roda foi descrita por viajantes no interior de Luanda e sudoeste de Angola. O canto e os versos nos momentos de trabalho, com interação de solistas com o coro, no qual aqueles chamam e este responde, representavam um traço típico das canções observadas

4. Os tipos e o número de instrumentos e o modo de combiná-los variam de grupo para grupo. Em geral, são utilizados tambores e puítas (um ancestral da cuíca) de tamanhos e tipos diversos, sendo utilizados geralmente dois tambores (tambu ou caxambu - tambor maior; e o candogueiro - tambor menor).

na região do antigo reino do Congo - norte da atual Angola - no mesmo período citado (SLENES, 2007).

No período da escravidão, o jongo foi uma forma de comunicação entre os negros escravizados, que, por meio dos pontos enigmáticos, que eram os cantos, compreendidos apenas por eles mesmos, expressava uma complexa forma de resistência diante da situação de cativo. Para exemplificar, tais pontos podem ser considerados análogos ao que concebemos por provérbios. Desse modo, o jongo teve nas senzalas a função de socialização dos indivíduos vigiados e proibidos de se expressar, já que estes criaram maneiras de dizer, por meio de metáforas, aquilo que só eles poderiam entender.

O jongo de hoje é bem diferente daquele do período da escravidão. Muitos processos de resignificação assolaram a sua prática, sendo o mais relevante deles, a inserção de crianças e jovens nas rodas, o que não acontecia no passado devido ao seu caráter mágico-religioso. Tal caráter mágico-religioso é representado pelos chamados ‘pontos de demanda’ que, apesar de atualmente extintos na maior parte das comunidades, permanecem vivos na memória dos velhos jongueiros. Alguns deles contam que, caso o jongueiro não ‘desatasse o ponto’ ao qual foi desafiado por outro, isto é, não conseguisse ‘decifrar o ponto’, ele entrava em transe. Nas palavras de um jongueiro entrevistado em abril de 2011 na comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis, RJ):

Eu assisti ainda criança, eram rodas de demanda. Nunca vi uma feitiçaria dessas que eles falam de jogar um alfinete e virar uma cobra, jogar uma gravata e virar um sapo, mas era uma roda de demanda muito forte. A gente criança não participava, era roda mesmo de ‘bambas jongueiros’ (abril de 2011).

A memória coletiva sobre o jogo, que envolve tanto a existência dos ‘pontos de demanda’, como a proibição das crianças nas rodas, foi um dado empírico coletado em minha primeira imersão em campo, no ano de 2009, na festa em homenagem aos ‘Pretos Velhos’ (tendo em vista o dia 13 de maio - abolição da escravatura), que ocorre anualmente na comunidade quilombola São José da Serra, no município de Valença (RJ), reunindo várias comunidades jongueiras do Sudeste. Tendo observado

que a maioria dos jongueiros dos grupos que se apresentariam era formada por crianças e jovens, conversei com alguns mestres jongueiros no intuito de compreender como se deu esse processo de entrada daqueles nas rodas. A extinção dos ‘pontos de demanda’ foi citada por todos os mestres como a principal razão para que as crianças fossem convidadas a aprender o jongo. Projetos de educação não formal foram os meios pelos quais o jongo teria sido apreendido, visto que os saberes relativos à sua prática já não circulavam mais no cotidiano dos grupos. Um ponto de jongo da comunidade de Santa Rita do Bracuí ilustra a entrada das crianças nas rodas: “Dá licença galo velho, pinto novo quer saravar, pinto novo quer saravar”.

Se, por um lado, no período pós-abolição a prática do jongo foi se perdendo, tanto pelo falecimento dos velhos jongueiros que, ao partirem, levaram consigo seus saberes, como pela massiva migração do meio rural para o contexto urbano, o que acionava o viés preconceituoso atribuído ao jongo, tomado como ‘macumba’, por outro, assistimos a um processo, iniciado na década de 1990 do século XX, de popularização de sua prática. Tem-se, atualmente, um processo de ressignificação permanente do jongo, não sendo possível pensá-lo como uma prática cultural singular, e sim plural, que vai combinar coreografias, cantos, musicalização, indumentárias e formatos de apresentação próprios segundo o grupo no qual se insere. Porém, ressalto que o foco aqui recai sobre a observação do jongo como elemento de visibilidade política entre algumas comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro.

Vale destacar que o jongo do Sudeste foi registrado como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2005. Desse modo, estudos que vêm se debruçando sobre tal objeto tornam-se inovadores e relevantes, uma vez que retratam uma prática cultural afro-brasileira pouco conhecida pela sociedade em geral. No mais, segundo nossa análise, falar de jongo é trazer uma faceta da resistência da população africana e afro-brasileira escravizada e, mais recentemente, de apontar para o movimento de luta pelo território de parte da população negra rural do Sudeste, representada

por algumas comunidades quilombolas que reafirmam sua identidade e sua ancestralidade por meio do jongo.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: JONGO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

O termo quilombo vem sendo submetido a constantes ressemantizações, desde o seu primeiro emprego, no período colonial, que era sinônimo de conjunto de escravos fugidos. A primeira e mais importante ressemantização, que reverbera no conceito contemporâneo de quilombo, teve como marco o Artigo 68⁵ da Constituição Federal de 1988. Esse artigo viria com o intuito de reparar os prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e por uma abolição que não foi acompanhada de nenhuma forma de compensação. Para Arruti (2008), a genealogia para o Artigo 68 aponta para, de um lado, a luta contra o preconceito racial e, de outro, a luta pela implementação de uma ampla reforma agrária.

Em 1994, uma nova ressemantização proposta pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) avança nos critérios de definição do que seriam os quilombos: grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, cujas identidades se definem por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. Nesse sentido, o documento produzido pela referida instituição acadêmica entende que as comunidades quilombolas seriam grupos étnicos que possuem um tipo organizacional específico, com base em laços de solidariedade e parentesco, conferindo pertencimento através de normas que indicam afiliação ou exclusão, com diferentes formas de ocupação do território. Sendo assim, ao utilizar a categoria grupo étnico para descrever as comunidades quilombolas é necessário atentar aos meios pelos quais estas vêm ressignificando suas tradições, ou mesmo sua memória cole-

5. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

tiva. Cabe refletir sobre quais traços culturais específicos são acionados na reafirmação de suas identidades. Nas palavras de Arruti (1997, p. 26):

Ainda que os conteúdos culturais possam variar no tempo, no espaço e na própria origem dos indivíduos que venham a compor o grupo étnico, a análise deve recair sobre os mecanismos de criação e/ou manutenção de uma forma organizacional que prescreve padrões unificados de interação e que regula quem faz e quem não faz parte do grupo, além das relações entre aqueles que fazem parte e entre estes e aqueles que não fazem.

No caso de algumas comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro, percebe-se um processo de formação identitária cuja associação do jongo a uma identidade negra rural tem se apresentado tão importante, que várias comunidades que já não o dançavam, ou mesmo que nunca o dançaram, passam a reavivá-lo como modo de manifestarem, tanto para *os outros* como para *elas mesmas*, a sua adesão ao movimento quilombola e à luta pelo território⁶. Portanto, o jongo aproxima-se de uma abordagem que o compreende como um elemento revelador de uma ancestralidade comum, o que o torna um elemento cultural diferenciado e específico, apropriado pelo grupo étnico em questão para demarcar sua identidade contrastiva. Como nos mostra uma das lideranças políticas da comunidade de Campinho da Independência (Paraty), em um evento relacionado ao jongo, realizado em março de 2010, na comunidade vizinha Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis):

O jongo não é só chegar ali na roda e dançar. Ele tem que saber os elementos que ele tem. Inclusive, ele tem que reconhecer que isso foi uma luta histórica e que o jongo lá atrás serviu para combater a escravidão e era muitas vezes estratégia de fuga. Então, estar ali numa roda de jongo é saber que o jongo é sim pra dançar dentro da comunidade, é sim uma manifestação, mas também é um modo da gente debater ali que a luta não terminou por aqui, ela continua. O jongo possibilitou a gente resgatar e fortalecer nossas manifestações culturais (março de 2010).

6. Os dados empíricos acumulados até o ano de 2013 assinalam para a existência das seguintes comunidades quilombolas jongueiras no estado do Rio de Janeiro: Campinho da Independência (Paraty); Marambaia (Mangaratiba); São José da Serra (Valença); Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis). Destas, as duas primeiras já possuem o título definitivo dos seus respectivos territórios.

JONGO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: (RE) CONHECENDO COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O caminho percorrido até aqui teve como foco apresentar brevemente os dois temas principais deste artigo a fim de familiarizar o leitor com os mesmos. Diante do que foi exposto até então, é chegado o momento de refletirmos sobre o jongo inserido no contexto da educação física escolar.

Inicialmente, ressalto que a educação física escolar, considerada um componente curricular da área de linguagens, pode ser compreendida como uma disciplina potencialmente privilegiada para o trato pedagógico com o tema das relações étnico-raciais. Por meio de processos de educação corporal que lhes são próprios, é possível o reconhecimento das diferenças de forma a problematizar as relações de poder que as envolvem. Na sociedade atual, que nos traz uma agenda política importante acerca da noção do respeito às diferenças identitárias (gênero, raça, etnia *etc.*), as intervenções materializadas nas práticas educativas do/no/sobre o corpo devem ser problematizadas nas diferentes áreas curriculares, sobretudo na de linguagens.

Compreendo que, para além da inserção e da valorização do debate sobre relações étnico-raciais no currículo da educação física no ensino básico, faz-se necessária, também, a inclusão do (re) conhecimento de grupos étnicos, como o exemplo das comunidades quilombolas. Apesar de atravessadas pelo debate étnico-racial, as comunidades quilombolas possuem especificidades que a colocam no patamar de grupos étnicos, submetidos a políticas públicas diferenciadas, com destaque para as políticas fundiárias, oriundas da autoatribuição e do reconhecimento dos grupos enquanto remanescentes de quilombos.

Desse modo, o jongo pode ser tematizado na educação física escolar sob o viés tanto do ‘saber fazer’, como do ‘saber sobre o fazer’. Além disso, ao ser tematizado no currículo da área, essa prática corporal contribui para o debate sobre a história e cultura africana e afro-brasileira e, ainda, traz visibilidade ao reconhecimento sobre comunidades

quilombolas na atualidade. O simples conhecimento sobre o conceito contemporâneo de quilombo pode contribuir para a minimização dos preconceitos e dos estereótipos construídos e propagados pelo senso comum acerca desta categoria, trazendo à tona a diversidade de grupos que compõem esse universo no Brasil.

Em relação ao ‘saber fazer’, a vivência em roda onde um casal marca os passos da coreografia ao centro enquanto os de fora batem palmas e respondem aos pontos em forma de coro deve ser realizada tendo em vista as diferentes coreografias e os pontos de jongo específicos de cada um dos grupos. Uma questão comum que perpassa o ritual de qualquer roda de jongo é a reverência aos tambores que, simbolicamente, representam a ligação do mundo terreno com o mundo mágico e espiritual. Aliás, os tambores integram as rodas, fazem parte dela, sendo obrigatório reverenciá-los toda vez que alguém entra nela ou se coloca para cantar um ponto.

Já no que remete ao ‘saber sobre o fazer’, é relevante abordar o quanto a coreografia, os pontos cantados, a percussão e a indumentária podem ser diferenciados quando comparamos uma comunidade quilombola jongueira com outra. A comunidade quilombola de São José da Serra, por exemplo, traz em seus pontos cantados e em sua indumentária (de cor branca) alusão às religiões afro-brasileiras, diferenciando-se das outras comunidades quilombolas jongueiras citadas aqui que não trazem para o jongo qualquer elemento religioso. Apesar de a prática do jongo não ser restrita, atualmente, às comunidades quilombolas, ela é um elemento fortemente apropriado por crianças e jovens quilombolas no processo de autorreconhecimento de sua ancestralidade, da (re) construção de sua identidade negra, mas também quilombola, do fortalecimento de sua autoestima, da valorização de sua cultura e da reafirmação do sentimento de pertencimento ao grupo. O jongo, portanto, vem corroborando, tanto para um reconhecimento externo de uma identidade quilombola para as comunidades que o praticam no estado do Rio de Janeiro, como para uma visibilidade política e um diálogo com a esfera pública, até então não alcançados por nenhum outro meio. Abaixo trago a fala de um jovem jongueiro e liderança política do quilombo de Santa Rita do Bracuí

que ilustra a construção e reafirmação identitária por meio do jongo no contexto quilombola da região Sudeste:

Pra falar de jongo eu tenho que falar o que significa comunidade quilombola pra mim. A comunidade quilombola pra mim, na minha cabeça, quando os nossos antepassados foram sequestrados, eles sabiam que não voltariam pra lá. Então, eles deixaram pra nós essa herança, esse território, deixaram um pedacinho daquela África pra nós. (...) Esse aprendizado, essa cultura, esse modo de pensar que a gente tem no quilombo. E o jongo está incluso nisso (julho de 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS - PONTO DE DESPEDIDA

Encerro este texto fazendo três destaques que julgo pertinentes para o avanço de pesquisas, relatos de experiências e ensaios teóricos que relacionem a educação física escolar com o tema da educação para as relações étnico-raciais. O primeiro deles, mais geral, é a potencialidade da educação física, enquanto componente curricular da área de linguagens, que envolve práticas sistematizadas de educação do corpo, em tematizar objetos de conhecimento que fomentem a problematização das diferenças étnico-raciais no ensino básico, a exemplo do que procurei apontar com o jongo. O segundo deles é a centralidade do corpo nos processos de construção e reafirmação identitárias de algumas comunidades quilombolas do Sudeste, e o quanto a ressignificação de determinadas práticas corporais se torna uma estratégia relevante para a permanência na luta pelo reconhecimento e pelo território. Por fim, acredito na relevância da inserção do conceito contemporâneo de quilombo no ensino básico como objeto de conhecimento de diferentes áreas para que a ideia clássica de quilombo - conjunto de escravos fugidos - seja desconstruída, sobretudo no momento político que o país está atravessando.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “remanescentes”. Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 7-38, 1997.

ARRUTI, Jose Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. (Orgs.). **Raça: Perspectivas Antropológicas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

BRACHT, V. A Educação Física no Ensino Fundamental. **Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais**, p. 1-14, 2010.

BRASIL. **Lei Federal 10639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Brasília, DF, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. O mapa do jongo no século XXI e a presença do passado: patrimônio imaterial e a memória da África no antigo sudeste cafeeiro. In: REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 95-113.

PACHECO, Gustavo. Memória por um fio: as gravações históricas de Stabley J. Stein. In: LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo. (Orgs.). **Memória do jongo**: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007, p. 15-32.

SLENES, Robert. Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jogueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo. (Orgs.). **Memória do jongo**: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro; Campinas, SP: Folha Seca; CECULT, 2007, p. 109-156.

Recebido: 28 junho 2019

Aprovado: 18 julho 2019

Endereço eletrônico:

Kalyla Maroun

kalylamaroun@gmail.com